



ATA 05/2020

Aos oito dias do mês de julho de dois mil e vinte, reuniu-se o conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) através da plenária virtual em virtude da pandemia do COVID 19, utilizando a plataforma digital do google meet. Lucirene, presidenta, realizou a abertura da plenária. **Pauta 1: Aprovação das atas três e quatro.** As atas de número três e quatro foram aprovados por unanimidade. **Pauta 2: Rede Solidária.** Diego diz que a rede solidária está em plena ação, e que estão trabalhando em conjunto com o Centro de Referência de assistência Social (CRAS). Foram cadastradas em torno de oitenta entidades que forneceram listas de famílias. Três mil famílias já foram beneficiadas e parte significativa destas famílias estavam no Cadastro Único. Na próxima segunda na reunião da rede solidária estarão sendo pensadas novas critérios para novas entidades. A perspectiva que avance na organização de trabalho e renda. Gustavo Moraes: A ideia é estabilizar a rede, propõem uma apresentação para a próxima plenária para que o CMAS possa conhecer as entidades. Ainda fazer uma busca ativa de entidades que possam ajudar a alcançar mais famílias pela rede solidária. A rede solidária irá alcançar quatro mil famílias. Estamos atuando no terceiro mês de atuação, há famílias que já receberam a entrega de dois Kit's de alimentação. Lucirene, presidenta, agradece a presença do Diego e do Gustavo e questiona de alguém tem questionamentos sobre a rede solidária. **Pauta 3: Pauta dos Trabalhadores.** Fernanda representante do trabalhadores conselheira, comenta que há tempos os trabalhadores vêm pedindo um canal de comunicação em que conseguissem realizar denúncias, pois não se sentem à vontade em fazer isso diretamente com seus coordenadores em virtude da possibilidade de sofrer represarias. Pensou-se na possibilidade de utilizar a ouvidoria da prefeitura. Diego, explica que o canal cento e cinquenta e seis e o chat da ouvidoria estão abertos e podem ser feitas denúncias de forma anônima e as mesmas estão disponíveis a todos. Comenta que se as denúncias forem de serviços direto da prefeitura que os trabalhadores se sintam à vontade de relatar, pois a intenção do coordenador será de resolver. Paulo, conselheiro, comenta que a demanda antiga de uma ouvidoria no Sistema Único de Assistência Social. Que o CMAS possa ter um canal de denúncias para exercer seu controle social. Da ouvidoria, a denúncia será encaminhada a Secretaria de Desenvolvimento Social, e que a sugestão é que tivesse um canal direto com o CMAS. Diego, comenta que teria que pensar para assistência um canal parecido com a ouvidoria do sistema Único de Saúde, porém é um canal utilizado mais pelos usuários do que pelos trabalhadores. Que questões de trabalho deveriam ser vistos pelos canais trabalhistas. Carolina Cerveira, comenta que se vem conversando sobre esse canal com o CMAS. Que um dado momento já pensou em ser encaminhado para o conselho as denúncias feitas na ouvidoria. Então, se fosse possível pensar em alguns critérios para encaminhar as denúncias da ouvidoria para o CMAS ou com cópia para o CMAS. Charles, traz a hipótese de a comissão de Normas poder estar acompanhando essas denúncias. Lucirene, presidenta, sugere o seguinte encaminhamento: da ouvidoria ser encaminhado também ao CMAS. Diego sugere que o CMAS faça uma solicitação a ouvidoria informando quais são as denúncias / situações que gostaria de acompanhar. Que é necessária uma normatização, construir um conselho de fato acompanha as denúncias que precisam, exemplifica que os relatórios de atendimento, sem expor

ninguém, possuem diversas informações. E que é necessário ter um objetivo claro de acompanhamento para a ouvidoria. Daniel, comenta que a ouvidoria serve para averiguar toda a situação e diz que as queixas devem ser feitas na ouvidoria e que a mesma possui seus processos. Sugere: utilizar a ouvidoria neste momento e posteriormente pensar neste canal com mais tranquilidade. Lucirene, sugere que a comissão de normas averiguasse as denúncias junto a ouvidoria. Adriana, conselheira, solicita a Vera que se pronuncie pela comissão de normas, pois ela está ingressando agora no CMAS. Vera comenta que ainda não fez ações deste tipo, mas acredita ser possível fazer. Lucirene, presidenta, sugere como encaminhamento de pauta que a Vera e Adriana, da comissão de normas, façam uma reunião virtual com a ouvidoria. Paulo, conselheiro, questiona se na ouvidoria, há possibilidade de não divulgar nomes para chegar ao CMAS e que se há possibilidade da pessoa que está denunciando solicitar o encaminhamento da denúncia ao CMAS. Lucirene, presidenta, solicita votação aos conselheiros sobre criar este protocolo do CMAS junto a ouvidoria para o encaminhamento dessas denúncias. Aprovado por unanimidade. **Pauta: Portaria 369.** Adilson, sugere plenária extraordinária no dia vinte e dois de julho à tarde, para ser tratado a pauta sobre esta portaria. Lucirene, presidenta, solicita que o plano de ação que envolve essa portaria seja encaminhado para a comissão de políticas, a mesma sugere dia quatorze de julho às oito e trinta a reunião online da comissão para apreciação do plano. Lucirene, presidenta, solicita que no dia quatorze de julho seja também apresentado à comissão de finanças e políticas a prestação de contas da primeira parcela, e que então seja apresentada na plenária do dia vinte e dois de julho. **Pauta: usuários.** Sem pauta. Adilson, comenta sobre os gastos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) neste momento de pandemia, que já falamos em outras plenárias o remanejamento de valores, e informa que este gasto pode ser até 25%. Lucirene, presidenta, relembra que na última plenária foi falado sobre os gastos não previstos no plano de trabalho do ano de dois mil e vinte, pois o mesmo foi feito em setembro de dois mil e dezenove, gastos não previstos com equipamentos de segurança individuais em virtude da pandemia. Adilson, comenta que estará realizando reuniões com os SCFV e o financeiro. Loreto: Sugere ponto de pauta para a próxima plenária, que na próxima plenária possamos olhar os planos de trabalho e relatórios das atividades do ano de dois mil e vinte. Joiza, Casa Aberta, questiona se esses 25% está previsto somente para os equipamentos de proteção individual. Adilson responde que irão realizar reuniões virtuais com jurídico e financeiro para poder responder este questionamento. Lucirene, presidenta, questiona se o SCFV também poderá participar desta reunião. Adilson ficou de dar retorno amanhã, e Lucirene pede que esse retorno seja dado pelo grupo do WhatsApp do SCFV. Pauta: Comissão, IEDE. Aldair explica que o IEDE já está organizando as ponderações que a comissão de normas realizou. Lucirene, presidenta, solicita votação pela regularidade do IEDE, foi aprovado por unanimidade. Rosângela informa que estão na Secretaria de Desenvolvimento Social vinte e sete planos de ação para analisar do ano de dois mil e vinte. Dezenove relatórios de atividades de dois mil e dezenove. E a entrega de relatório de dois mil e dezenove foi prorrogada até o final da pandemia ou do isolamento social. Comissão de Políticas: deverão realizar uma reunião virtual e que tragam uma previsão da conversa sobre esses planos e relatórios. Maríndia, conselheira, sugere o dia quatorze de julho às dez horas da manhã. Marlise, conselheira, informa que tentará uma reunião com os usuários. Adilson, comenta que o edital das máscaras, ele não sabe informar, mas ele está sendo averiguado. Paulo, conselheiro, informa que esta é a sua última participação na plenária como conselheiro, pois sairá de licença. Lucirene e demais presentes agradecem a presença de Paulo e suas contribuições. Lucirene, presidenta, informa que o lugar do

Paulo está sendo averiguado com o jurídico para ser ocupado, uma vez que no segmento de trabalhadores não há mais suplência. Nada mais havendo a declarar, eu Fernanda Glienke encerro esta ata.